

Plano econômico para 89 sai semana que vem

SÉRGIO COSTA
Correspondente

Rio — O documento elaborado por um grupo de economistas da Seplan, antecipado na edição de ontem do **CORREIO BRAZILIENSE**, em suas medidas principais, faz parte de um programa muito mais ambicioso: a própria política econômica do Governo para 1989, que está sendo concluído por estes dias e que deverá ser divulgado por volta de quarta-feira da semana que vem, em complemento à proposta — já encaminhada ao Congresso — do Orçamento Geral da União (OGU) para o próximo ano.

Segundo apurou o **CORREIO**, ontem, no Rio, em meio ao seminário "Fórum Nacional", o plano de 1989 foi elaborado a partir de 30 grupos de trabalho dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Somente a nível de Seplan — onde estão faltando apenas uma revisão final nas tabelas incluídas no documento —, o esforço exigiu a mobilização de 60 técnicos, liderados por assessores diretos do ministro João Batista de Abreu.

Da parte da Seplan, como foi divulgado com exclusividade por este jornal, o gancho principal consiste em conter as necessidades de emissão de moeda, através da administração dos superávits comerciais, da supressão da conversão da dívida e dos relendings

(reempréstimos) — ambos exigindo cruzados para trocar por dólares — e, ainda, a contenção dos créditos agrícolas e dos subsídios à exportação. Estes últimos, por exemplo, já estão na proposta de OGU encaminhada ao Congresso.

Durante o seminário "Fórum Nacional", como previu o **CORREIO**, o documento da Seplan foi apresentado — embora não explicitamente — por dois economistas da assessoria de João Batista de Abreu, Raul Wagner dos Reis Velloso e João do Carmo de Oliveira. A proposta só não chegou a ser debatida pelos outros economistas presentes devido a um diálogo mais ríspido entre o ex-ministro Mário Henrique Simonsen e o ex-presidente do BNDES, André Franco Montoro Filho, em torno de questões técnicas do déficit público.

ESGOTAMENTO

Reis Velloso — irmão do ex-ministro do Planejamento do governo Geisel, João Paulo dos Reis Velloso, — que organizou o seminário —, por exemplo, em sua exposição, apontou o esgotamento quase que completo da capacidade de financiamento do setor público, e ao mesmo tempo admitindo a dificuldade de se zerar o déficit e eliminar essa necessidade adicional de recursos. Neste ponto, ele citou como focos de pressão, sobre o déficit, as transferências do setor pú-

blico para o setor privado através de crédito agrícola e subsídios às exportações.

Essas transferências, somadas à necessidades de emissão de moeda para as operações de conversão, levariam o déficit operacional para 6 por cento do PIB, este ano, e para 6,5 por cento a 7,0 por cento, em 1989. Se fossem cortados, defendeu o economista da Seplan, o déficit poderia ser zerado.

Outra questão foi das reservas. Raul Velloso explicou que o superávit comercial deve chegar aos 19 bilhões de dólares ou 20 bilhões este ano, e que, para zerar a acumulação de reservas, seria necessário cortar até ficar em 14 bilhões de dólares, mais ou menos. Isto não seria conseguido apenas pelo aumento das importações, com a queda de tarifas aduaneiras, mas também com o corte de subsídios destinados à exportação.

Logo depois, foi a vez de João do Carmo de Oliveira fazer sua exposição. Ele justificou as medidas, alertando que em 1989 o déficit sofrerá pressões adicionais principalmente nas despesas com pessoal, em função de medidas da nova Constituição como o adicional de 1/3 para as férias. Fora isso, ele citou a queda da receita bruta da União (de 11 por cento do PIB, no início da década de 70 para 8,5 por cento hoje), o aumento dos juros e encargos financeiros (de 0,8 para 2,5 por cento do PIB).